

O EMPREENDIMENTO FLORESTAL E A COMUNIDADE

Oriowaldo Queda

Departamento de Economia e Sociologia Rural da ESALQ/USP

Estamos vivendo um momento muito delicado da nossa história. É claro que em todo final de século as profecias reaparecem. Tanto as boas como as más. Mas essa não é a questão fundamental. O que chama a atenção é que pela primeira vez, na história da humanidade, "o aumento da produtividade está significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho. A mão-de-obra barata e semiforçada com base na qual o Brasil ou a União Soviética contavam desenvolver uma indústria moderna ficou sem relevância e não terá comprador. Depois de lutar contra a exploração capitalista, os trabalhadores deverão se debater contra a falta dela, que não pode ser melhor" (Schwarz, 1992). Vivemos um momento em que não é mais somente o trabalhador, sem qualificação, que perde e não encontra mais emprego. Todos os trabalhadores estão sujeitos a esse tipo de perigo, desempenhem eles atividades manuais ou intelectuais. Mas as empresas não estão imunes. Nem tampouco estão as regiões e os países. "Assim, a vitória de uma empresa não é só a derrota da vizinha, mas pode ser a condenação e desativação econômica de um território inteiro noutro continente" (Schwarz, 1992).

Caminhamos para uma situação em que para crescer ainda mais o trabalho vivo é dispensado. Por mais estranho que possa parecer estamos avançando no caminho da empresa sem trabalhador, da economia sem empregos, do consumidor sem renda e da natureza esgotada. Nesse sentido, é inaceitável afirmar que a empresa não tem responsabilidade social sobre o que está acontecendo. Afinal, o desempenho de um país e das suas empresas não pode ser avaliado apenas pelas expectativas dos investidores: como vivem essas pessoas, eis a questão.

Numerosos estudos revelam o surgimento e o aprofundamento de um conflito entre o setor industrial, economicamente dominante, da sociedade e o movimento ambientalista. Conflito como expressão de uma competição entre visões de mundo que se opõem.. (McCormick, 1989; Scherer-Warren, 1993; Silva, 1995; Diegues, 1996).

A adoção de uma perspectiva integradora entre os sistemas econômicos, sociais e ecológicos, como inerente ao conceito de desenvolvimento sustentável, foi recomendada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, em seu plano de ação, a Agenda 21. Neste, e em outros documentos, de ampla aceitação internacional, a necessidade de se repensar o atual estilo de desenvolvimento está claramente estabelecida.

No caso brasileiro, os programas de Zoneamento Sócio-econômico e ecológico para a Amazônia Legal e para o Estado de Mato Grosso, por exemplo, sugerem, no mínimo, uma preocupação com a superação daquele conflito.

O que surge, como novidade, são as buscas para a superação de uma concepção dicotômica onde as regiões ou devem permanecer como reserva ecológica do planeta, ou então, como mera fonte de riqueza. As ações que começam a ser desenvolvidas pretendem romper essas concepções polarizadoras e proporcionar as condições para o

desenvolvimento do ser humano e o uso dos recursos naturais, mantendo ao mesmo tempo a qualidade do meio ambiente (Beus & Dunlap, 1990; Ehlers, 1996).

É preciso pensar e elaborar instrumentos que tornem viável a transição de um modelo de uso predatório dos recursos naturais - onde a produção passou a significar o consumo de insumos industriais e de forma crescente - para modelos de produção ambientalmente apropriados, socialmente benéficos ou mais justos e economicamente viáveis. Tecnicamente, não é uma tarefa pequena. Politicamente é um desafio enorme (Fundação Joaquim Nabuco, 1996).

O empreendimento florestal, em especial os mais organizados como o de papel e celulose, já está recebendo pressões muito fortes no sentido de introduzir mudanças no seu sistema convencional de produção. Pressões externas e internas, expressando interesses (econômicos, sociais e ecológicos) conflitantes de consumidores diferenciados, seguramente irão aumentar, exigindo do empreendimento florestal uma redefinição da sua inserção na comunidade de entorno. Diferentemente de décadas passadas, quando pessoas ou grupos sociais não expressaram os seus desejos (e este não é o momento para buscar as causas dessa não expressão) hoje, diferentes grupos sociais começam a exigir: que a matéria prima florestal, madeireira ou não madeireira, utilizada na fabricação de um produto, tenha origem a partir de um manejo da floresta que maximize os benefícios sociais e a conservação do meio ambiente ao mesmo tempo que justifique a sua viabilidade econômica a médio e longo prazos.

As pressões e os debates em prol do desenvolvimento sustentável estão incorporando a participação política das populações locais, nas decisões relacionadas ao empreendimento florestal. É que essas decisões acabam afetando positiva ou negativamente a saúde, a educação, a moradia, o emprego dos trabalhadores da área florestal e sua família, como também de toda a população de entorno.

Uma característica do empreendimento florestal de grande porte e que impressiona, no Brasil, é a sua concentração espacial e econômica. A integração floresta- indústria foi, em grande parte, fruto de políticas de incentivos fiscais do Governo Federal, em busca da auto-suficiência na produção e consumo de papel e celulose (Soto B., 1992).

Dada essa dimensão do empreendimento florestal, a área por ele apropriada, para o desenvolvimento de suas atividades, acaba se tornando uma fonte de conflitos entre ele e a população da área. Por um lado, as atividades desenvolvidas pelo empreendimento florestal respondem de forma expressiva na arrecadação municipal, na geração de empregos, na realização de parcerias com a Prefeitura Municipal. Por outro lado, o município e a sua população se tornam extremamente dependentes desse empreendimento: qualquer mudança que provoque a expansão ou a retração das atividades acaba afetando o nível de emprego e as finanças da municipalidade. No fundo, toda a comunidade acaba sendo afetada.

Exercitar o poder econômico, político e social para diversificar as atividades econômicas locais, no sentido de diminuir essa dependência, é sem nenhuma dúvida uma decisão sábia. E mais sábia ainda, se dela participar toda a comunidade.

Nesse sentido, parcerias com a Prefeitura Municipal e com outras organizações podem tornar viáveis, por exemplo, iniciativas ligadas à implantação de serrarias, de laminadoras, indústrias de móveis, etc., gerando emprego e contribuindo para a arrecadação municipal.

Dada, como já foi dito, a elevada concentração fundiária, as decisões compartilhadas com a comunidade de produtores rurais para a produção de madeira, por meio de contratos de produção, certamente levarão a uma alteração na distribuição dos

benefícios sócio-econômicos do empreendimento florestal. Uma coisa é decidir sobre a expansão do empreendimento, significando a eliminação de produtores rurais individuais, agravando a concentração fundiária e os conflitos sociais. Outra, diferente, é debater e decidir em conjunto com os variados grupos da comunidade local e que serão afetados diretamente com a expansão do empreendimento florestal.

Da mesma forma, o envolvimento da comunidade na elaboração do plano de manejo florestal e a "prestação de contas" durante a sua implementação são providências que só tendem a enriquecer a relação empresa/comunidade.

A empresa, precisa desenvolver o sentimento de pertencer a comunidade, não ser vista como um corpo estranho e não confundir direitos e responsabilidades sociais com assistência social.

Mesmo admitindo, a longo prazo, a desnecessidade do trabalho, as relações sociais empresa x empregados, no Brasil, ainda são uma fonte permanente de conflitos. A não observância da legislação trabalhista, a presença do trabalho forçado e do trabalho infantil ainda marcam as relações de trabalho. Precários ou inexistentes são os cuidados ou o atendimento relativo ao transporte, a alimentação, a segurança do trabalho, a moradia, a saúde, a educação e o treinamento. Mais precários e/ou inexistentes são as discussões e a aceitação da "participação dos trabalhadores nos lucros e resultados nas empresas" (Couri, 1995).

De qualquer modo é preciso refletir sobre qual o peso e o lugar que daremos às iniciativas de geração de emprego, de renda e de sustentabilidade ecológica e que vão além daquelas que privilegiam os grandes conglomerados financeiros e industriais. E, também, de iniciativas compartilhadas por esses setores e que visem os mesmos objetivos, citados acima (Martine & Garcia, 1987).

Em síntese, a não observância da legislação do país, do estado e dos municípios; a não observância dos acordos internacionais do qual o país é signatário; a não observância dos direitos e acordos locais e regionais com a sociedade civil e agências públicas e mais o não pagamento de taxas e impostos devidos são fontes permanentes de conflitos e tensões entre a comunidade e o empreendimento florestal.

As relações entre o empreendimento florestal e a comunidade não precisam atingir o nível de perturbação como aquele, por exemplo, relatado pelo JORNAL DE PIRACICABA, no seu editorial de 08/08/1953, a respeito dos efeitos negativos das atividades da agroindústria canavieira sobre a saúde dos moradores do município e sobre a "saúde" do seu famoso rio (ver anexo 1).

O apelo contido no editorial "Tenham Consciência Srs. Usineiros" já revelava a complexidade e a inevitabilidade de construir uma relação entre o empreendimento agroindustrial canavieiro e a comunidade, no sentido de não apenas "resolver" os problemas, mas principalmente de evitá-los. Ele revela, também, a fragilidade da esfera pública naquela época. Fragilidade que só tem aumentado. Não é pelo enfraquecimento ou pelo abandono que poderemos produzir uma melhor qualidade de vida. Antes, é pela sua apropriação, pelos cidadãos de todas as classes, que poderemos atingir tal objetivo.

À guisa de conclusão, o que se poderia dizer é que, já neste final de século, certamente estará disponível um conjunto de opções tecnológicas as quais, se utilizadas, contribuirão para a transição do atual padrão de desenvolvimento (cujas origens remontam o final do século passado) para um outro padrão considerado sustentável (Veiga, 1994).

Nesse sentido, essa transição dependerá de muitas variáveis, não existindo, porém, nenhuma dúvida de que a pressão do movimento ambientalista desempenhará um papel decisivo.

Para tanto, o movimento ambientalista deverá ultrapassar (como, aliás, várias iniciativas já estão demonstrando: exigência de selo verde, certificação florestal, por exemplo) a pressão e a observância por mudanças que não fiquem restritas às relações homens/natureza. Principalmente, quando elas enfatizam, "cuidado com a natureza" e a opção por tecnologias mais brandas.

Nesta transição importa não somente as mudanças entre homem/natureza, isto é, as relações dos homens com os objetos e forças da natureza, mas também as relações dos homens entre si, estabelecidas no processo de produção.

A importância do movimento ambientalista está em trabalhar o conflito entre forças produtivas e as relações sociais de produção existentes. A questão não é só batalhar pela criação de novas tecnologias, mas na criação de novos valores filosóficos, morais, religiosos, jurídicos e políticos. Enfim, a produção de uma nova concepção de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEUS, C.E.; DUNLAP, R.E. "Conventional versus Alternative Agriculture: the paradigmatic roots of the debate". **Rural Sociology**, v.55, n.4, p.590-616, 1990.

COURI, J. Uma Construção Dialogada. **O Estado de São Paulo** (09/03/95).

DIEGUES, A.C. **O Mito da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Política de Governo**. Olinda: Ministério do Meio Ambiente/IBAMA (Apoio Eco-Eco) 22-25/04/96.

JORNAL DE PIRACICABA (Editorial) "Tenham Consciência Srs. Usineiros" (08/08/1953).

MARTINE, G.; GARCIA, R.C. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987.

McCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

SCHERER-WARREN, I. **Rede de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola/Centro João XXIII, 1993.

SCHWARZ, R. Um **Livro Audacioso**. Folha de São Paulo (17/05/92)

SILVA, J. F. G. Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? São Paulo, **Informações Agrícolas**, v.25, n.11, p. 11-24, nov.1995.

SOTO B., F.A. **Da Indústria do Papel ao Complexo Florestal no Brasil: o caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo**. Campinas: IE/UNICAMP, 1992. (Tese de Doutorado)

VEIGA, J.E. "Problemas de Transição à Agricultura Sustentável". **Estudos Econômicos**, v.24, n. especial, p.9-29, 1994.

ANEXO (Jornal de Piracicaba, 08/08/1953, Editorial)

TENHAM CONSCIÊNCIA SRS. USDIEIROS

"Com a diminuição do volume das águas do Piracicaba e com o aumento crescente do volume do restilo atirado às suas águas e às de seus afluentes, a situação sanitária da água que abastece a nossa população está a reclamar as mais energéticas providências de nossas autoridades. O Piracicabamirm está coalhado de peixes mortos ou intoxicados; no tanque da Escola Luiz de Queiroz sua fauna aquática está morrendo, enquanto que o gado que se serve dos ribeirões do município está sofrendo terrivelmente com a poluição das águas pelos resíduos dos engenhos e destilarias.

A saúde pública está diretamente ameaçada, contando-se inúmeros distúrbios do aparelho digestivo na cidade, que se forem bem pesquisados, certamente se encontrará a causa na péssima qualidade da água que está sendo distribuída à população - água terrivelmente poluída pela avalanche de vinhaça que recebe, em quilômetros de seu curso.

Enquanto o Instituto Zimotécnico, com sua equipe brilhante de pesquisadores, prova... que - somente tem problema do restilo quem quer - as usinas teimaram em lançar ao rio o produto de suas indústrias, numa atividade que está prejudicando frontalmente a saúde dos piracicabanos.

Temos na prefeitura um médico que tem dedicado o melhor dos seus esforços a saúde de nossa população. A ele apelamos para que mande examinar as águas do Piracicaba para que os técnicos proclamem, com dados científicos, o que salta aos olhos de quem está observando o problema sem outra preocupação senão o bem estar comum. Apelamos ao Dr. Samuel Neves para que procure uma solução para esse grave problema de saúde pública, que está desafiando nossas autoridades e pondo em risco a vida de toda a população.

O mesmo apelo fazemos aos srs. usineiros e proprietários de destilarias que ainda não estão cumprindo a legislação em vigor, teimando em poluir com seus resíduos industriais os nossos rios, para que tenham consciência da gravidade do problema. E considerem que a população inteira de Piracicaba não poderá viver somente a beber água de Lindóia...".